

Juiz quer que general

Frota deponha em IPM

O juiz Osvaldo Lima Rodrigues Júnior, da 1ª Auditoria do Exército, determinou que o ex-ministro Sílvio Frota seja reinquirido no IPM que apura desaparecimento e morte do ex-deputado Rubens Paiva, em janeiro de 1971, para esclarecer o resultado da sindicância feita pelo I Exército na época e uma contradição no depoimento de três militares.

Atendendo ao pedido do promotor Mário Elias Miguel, o juiz determinou ainda que o encarregado do inquérito, general Vládir Cavalcanti de Sousa Lima, tome novo depoimento do ex-tenente Amílcar Lobo, para que ele explique os elogios que recebeu na época do então comandante da Polícia do Exército, coronel Nei Antunes, por sua participação, como psiquiatra, em interrogatórios de presos políticos.

Memória — O juiz Lima Rodrigues deu prazo de 30 dias ao encarregado do inquérito para atender ao pedido do promotor para três testemunhas serem ouvidas novamente e para a tomada do

depoimento do capitão João Câmara Gomes Carneiro, que servia no 1º Batalhão da Polícia do Exército, a fim de que “esclareça tudo que sabe a respeito do desaparecimento do ex-deputado”, segundo despacho do promotor.

Ele pediu novo depoimento do general Sílvio Frota, para que ele fale sobre o resultado das investigações feitas pelo Exército em 1971. A versão oficial para explicar o desaparecimento de Rubens Paiva foi de que ele teria sido seqüestrado por um grupo terrorista quando, acompanhado de três militares armados, dentro de um Volkswagen, tinha saído do quartel da PE para uma missão de reconhecimento no Alto da Boa Vista.

Em seu despacho, o promotor cita uma informação dada pelo deputado Nina Ribeiro, na tribuna da Câmara, ao ler o resultado das diligências, segundo a qual o carro em que viajava o ex-deputado teria sido metralhado no Alto da Boa Vista. O promotor quer que o general Sílvio Frota esclareça a contradição da sindicância.

Escavações são suspensas

PETRÓPOLIS — Sem ter obtido qualquer resultado positivo, a Polícia Civil interrompeu na quinta-feira as escavações em busca de um cemitério clandestino de presos políticos do Exército, nos fundos da *Casa das Torturas*. O delegado da 67ª DP, Orlando Caruso, informou que enviou relatório sobre as escavações ao Departamento de Investigações Especiais (DPE), que será encaminhado ao procurador da Justiça Militar, a quem caberá decidir se elas serão ou não retomadas.

No relatório, o delegado diz que não foi encontrada qualquer pista do

cemitério mas não menciona a descoberta de lixo doméstico e de uma barra de ferro de quase 50 centímetros de comprimento nos locais escavados.

— As escavações iriam continuar por aquele morro todo, sem qualquer critério, e acho muito difícil encontrar qualquer coisa — disse Orlando Caruso. Ele acha que a Justiça Militar precisa apontar com maior precisão os possíveis locais onde estariam enterrados presos políticos torturados e assassinados pela Polícia do Exército no início da década de 70.